

SANTOS, SÍLVIO CORREIA (2013). DA RÁDIO ESTATAL AO  
MODELO INTEGRADO – COMPREENDER O SERVIÇO PÚBLICO  
DE RÁDIO DIFUSÃO EM PORTUGAL. COIMBRA: IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LUÍS BONIXE

Ao contrário do que sucede com a televisão, relativamente ao meio radiofónico não encontramos muitas contribuições vindas do mundo académico sobre o serviço público de rádio em Portugal. É neste contexto que deve ser colocado o livro de Sílvio Correia Santos, “Da Rádio Estatal ao Modelo Integrado – compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal”. Ou seja, como uma importante contribuição para a compreensão do setor público da rádio em Portugal. O contributo de Sílvio Correia Santos junta-se a outras obras que procuram a caracterização da rádio oficial em Portugal, como sejam os casos de Rogério Santos (2005), Nelson Ribeiro (2005), Dina Cristo (2005) ou Matos Maia (1999). No entanto, a presente obra tem a vantagem de proporcionar ao leitor uma visão que atravessa a história da radiodifusão pública em Portugal até aos nossos dias, procurando caracterizá-la e enunciando os seus principais momentos.

O livro, que é o resultado da tese de doutoramento do seu autor, defendida na Universidade de Coimbra, está dividido em três capítulos a que correspondem, de acordo com o autor, às três principais dimensões históricas da rádio pública em Portugal.

No primeiro capítulo, o objeto é a Emissora Nacional e as suas origens, e contempla as décadas de 30 a 60. O autor aborda aqui as principais questões relacionadas com o surgimento da Emissora Nacional, desde uma fase pioneira que conduziu ao seu aparecimento, até à transição para a democracia. O levantamento documental, cruzado com outras contribuições teóricas, permitem ao leitor tomar contacto com um conjunto de informações úteis para a compreensão da rádio do Estado em Portugal e os propósitos iniciais do projeto: “Efetivamente, a EN era um instrumento neste desígnio, sempre fiel ao Estado” (p.45). Um cenário que Portugal viveu e que é muito semelhante ao que se verificou noutros países, como refere o autor recorrendo a Van Cuilenberg e McQuail (2003): “Esta fase emergente da rádio era caracterizada por legislação que pretendia manter o meio na posse e sob o controlo do governo” (p.40). O primeiro capítulo é, pois, o mote para se entender o papel da rádio, e em particular a rádio do Estado, num contexto político de ditadura. A Emissora Nacional era, à época, assumidamente a voz do regime ao mesmo tempo que crescia em termos organizacionais e técnicos. Isso era muito bem aproveitado para sublinhar o seu papel enquanto poderoso instrumento de propaganda como é o caso da extensa reportagem acerca da inauguração do Estádio Nacional no Jamor, no dia 10 de Junho de 1944 (p.53).

Mas este é, também, por outro lado, o período de sedução das vozes da rádio: “O auditório começava a ter vontade de conhecer quem estava do outro lado do microfone” (p.47),

A Radiodifusão Portuguesa é o tema do segundo capítulo do livro. Atravessa temporalmente a década de 70 até ao final do século passado. É um tempo de profundas mudanças, a par com as transformações por que o país atravessava. Um desses exemplos é o papel que a ainda Emissora Nacional desempenhou na revolução de 25 de Abril de 1974. Ou melhor, a falta dele

como refere o autor: “À EN não coube qualquer papel no movimento da revolução” (p.108).

Este é um período que sublinha, uma vez mais, a instrumentalização da rádio do Estado que, de uma fase em que se constituiu como a voz do regime de ditadura, passou a ser vista como um palco para os discursos da Revolução: “A EN, de instrumento da ditadura passava a arma da revolução” (p.116). A gestão militar da rádio; os polémicos saneamentos no pós-25 de Abril e a aprovação do Estatutos da RDP em 1976 (p.127) são temas que percorrem a primeira parte do segundo capítulo. Mas, este é, sem dúvida, um dos períodos mais interessantes da história da rádio pública em Portugal no qual se começa a falar numa ideia de serviço público (p.145) cuja missão, sempre alvo de discussão, terá de combinar, e de se equilibrar, com a questão financeira, pois como refere o autor “Ao entrar na nova década, a RDP é, então, uma empresa em claras dificuldades” (p.141). Mas, a ideia de uma rádio de serviço público terá de lidar com algo bem mais difícil de resolver, como seja a sempre muita discutida influência política sobre a rádio pública portuguesa: “(...) era evidente que, apesar de a RDP ter deixado de ser a rádio do regime, não se tinha anda tornado numa rádio independente” (p.138).

Mas, se o segundo capítulo coloca o serviço público num contexto das transformações políticas e sociais em Portugal, o último capítulo do livro é dedicado a uma fase de integração num novo contexto mediático, dominado pelos grupos económicos e pelas novas tecnologias de informação, em particular a Internet e também o Digital Audio Broadcasting (DAB) que se apresenta como um terreno ainda por clarificar (p.243). O autor aborda com particular detalhe a política para o audiovisual público português, que integra naturalmente a rádio. As questões financeiras são aqui encaradas como o mote para a reorganização do audiovisual em Portugal, não apenas ao nível organizacional, o que implica os recursos humanos, mas também no que se refere à rentabilização das tecnologias: “A aposta passa agora pela Internet (num portal agregador) e pelas condições de transmissão da emissão internacional” (p.241).

O livro de Sílvio Correia Santos, mais do que estabelecer uma ponte histórica da rádio pública portuguesa desde a sua origem até aos nossos dias, lança pistas para uma reflexão mais alargada sobre as funções e o papel que uma rádio pública pode (deve?) ter numa sociedade democrática e profundamente marcada pela emergência do que se convencionou chamar de novos média. É um debate do qual a rádio, em particular a do setor público, precisa de ter.